



ATA nº 01/2019 DE REUNIÃO DA DIRETORIA DA ACMP

Em dez dias do mês de abril de dois mil e dezenove, às quatorze horas e trinta minutos, na Sede Administrativa da Associação Catarinense do Ministério Público (ACMP), situada na Avenida Othon Gama D'Eça, 1º andar, bloco "A", Edifício Centro Executivo Casa do Barão, Florianópolis (SC), reuniram-se, em sessão ordinária, os membros da Diretoria da ACMP, gestão 2018-2020, Marcelo Gomes Silva, Luiz Fernando Fernandes Pacheco, Alexandre Carrinho Muniz, Carlos Alberto da Silva Galdino, José Renato Corte, Lucas dos Santos Machado, Marcela Pereira Geller e Juliana Ramthun Frasson. A vice-presidente Jorgelita Toner Favaretto justificou sua ausência. Discutidos os assuntos que fazem parte da pauta proposta, deliberaram o seguinte: **1) Apoio ao Núcleo de Lages para a Festa do Pinhão:** foi recebido pleito do Núcleo de Lages para auxílio no aluguel de espaço dentro do Parque Conta Dinheiro por ocasião da Festa Nacional do Pinhão. A Diretoria entendeu que em razão da Festa receber colegas de várias regiões do estado, congregando os associados, deliberou por: **a)** antecipar as verbas sociais do ano de 2019 como forma de garantir a locação do espaço; **b)** captar patrocínio para repor as verbas sociais antecipadas; **c)** na impossibilidade de captação de patrocínio, repor um percentual das verbas sociais utilizadas; **2) Contratação de maestro para o Grupo Cantoria:** foi aprovada a troca do maestro, em razão da impossibilidade de continuidade do anterior, cuja proposta é de 1 (um) salário mínimo por mês. Levantou-se apenas a observação de que o contrato seja celebrado em forma de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista; deliberou-se, ainda, que o contrato seja celebrado para o ano de 2019, devendo as condições para o ano de 2020 serem debatidas no final do presente ano; **3) Alteração no Regulamento da Sede Balneária:** **3.1 – Salão Anexo** - tendo em vista o uso frequente do Salão Anexo para festas particulares, a Diretoria decidiu por alterar o Regulamento da Sede Balneária de forma a permitir a reserva do referido Salão, ao valor de 5 (cinco) Taxas de Ocupação, mais 2 (duas) de limpeza, ficando, entretanto, permitida a utilização nos moldes atuais para quem não desejar garantir a reserva; **3.2 – Salão 3** - ante a ausência de cozinha no Salão 3, entendeu a



ACMP

Associação
Catarinense
do Ministério
Público

Diretoria que o associado que reservar o Salão 3 terá acesso, sem ônus, ao Costelódromo, desde que este não tenha sido anteriormente reservado; **4) Obras na Sede Balneária:** foi definida como prioridade a reforma do espaço destinado ao vestiário e refeitório dos funcionários em razão do seu mau estado de conservação, assim como a elaboração de orçamentos para o isolamento acústico do Salão 1; **5) Jantar de posse do Procurador-Geral:** o Diretor da Escola informou a disponibilidade de Escola do Ministério Público auxiliar nas despesas da Associação com o jantar de posse do PGJ, caso haja necessidade; **6) Reajuste para as pensionistas:** o presidente informou que esteve em audiências com o presidente do IPREV e, posteriormente, com o Secretário de Estado da Administração, expondo a necessidade de reajuste das pensões, ao que foi informado que o procedimento está tramitando no novo governo, tendo saído do IPREV com o parecer favorável e encontra-se na PGE para análise jurídica; na sequência o pleito irá para o Comitê Gestor do Governo; **7) Finanças:** pelo Presidente informado que as medidas de contenção de despesas, adotadas nos quatro primeiros meses da gestão, já começam a apresentar resultados; **8) Migração para a Previdência Complementar:** o presidente explicou que a ideia de consultoria independente permanece válida, entretanto, diante das indefinições trazidas pela Reforma da Previdência e a ausência de perspectiva de criação do benefício especial previdenciário nos próximos 6 meses, aliado à possibilidade de ampliação do prazo para migração, não se mostra razoável a contratação da referida consultoria no presente momento, fatos estes que serão devidamente comunicados à classe; tais fatos foram também submetidos à comissão formada para debater o tema, que concordou com a posição; **9) Requerimento ao PGJ:** o presidente expôs a intenção de requerer ao Procurador-Geral de Justiça a alteração no Ato de férias para permitir o fracionamento de férias em períodos mínimos de 5 (cinco) dias, o que foi aprovado. Nada mais havendo a tratar, eu José Renato Corte, 1º Secretário, digitei a presente ata, a qual, depois de aprovada, vai assinada pelos presentes.